

Mundo indígena, romanos e sociedade provincial romana: Sobre a percepção arqueológica da mudança

CARLOS FABIÃO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA DA FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA | CFABIAO@MAIL.DOC.FL.UL.PT

"(...) os turdetanos, em particular os que vivem nas proximidades do Betis [Guadalquivir], converteram-se perfeitamente ao modo de vida dos romanos e nem sequer recordam já a sua própria língua. A maioria converteu-se em latinos e receberam colónias romanas, de modo que pouco lhes falta para que todos sejam romanos".

(Estrabão. Geogr. III.2.15).

Introdução

Em tradução muito livre, foi esta a imagem que Estrabão nos deixou do processo de assimilação dos valores romanos por parte de algumas comunidades indígenas peninsulares em tempos próximos da mudança da Era. A citação é suficientemente expressiva e nem adianta, para o caso, discutir questões relacionadas com a ideologia do Autor ou os objectivos da sua obra. Esta mesma expressiva citação abre um dos mais importantes livros escritos sobre o processo da Romanização da Península Ibérica – Patrick Le Roux, *Romains d'Espagne*, Paris, A. Colin, 1995 – , infelizmente ainda não traduzido para a língua

portuguesa. Livro que trata do fenómeno da "Romanização Política e Administrativa", sem nunca perder de vista as múltiplas dimensões que o conceito genérico de "Romanização" comporta.

De um modo esquemático e linear, podemos dizer que o processo de Romanização, nos seus contornos políticos e sociais, constitui, no essencial, na passagem de um mundo indígena diversificado, de poderes repartidos e frágeis, para uma realidade provincial de um vasto Império, parcelas de um todo, crescentemente uniformizado nos seus traços mais característicos.

Como se operou uma tão profunda mudança?... Por processos coercivos e violentos, é a resposta. A primeira etapa do processo de Romanização é militar e implica a conquista de territórios e a submissão das suas populações. Uma submissão incondicional, não pactuada, como sabemos pela literatura, veja-se o caso dos tratados com Viriato e com a cidade de *Numantia*, logo abandonados por se considerarem indignos do povo romano (Apiano. Iber. 70, 83 e 79, respectivamente) ou o episódio da rendição de *Talabriga* (Ibid. 73), cujos termos genéricos a epigrafia parece

A ABORDAGEM DESTES COMPLEXOS FENÓMENOS (ROMANIZAÇÃO) PODE SER ENSAIADA PROCURANDO INDAGAR OS DIRECTOS REFLEXOS DE TRANSFORMAÇÃO E MUDANÇA AO NÍVEL DO QUOTIDIANO. ESTE É, POR EXCELÊNCIA, O TERRITÓRIO DA ARQUEOLOGIA.

confirmar em outras paragens – confronte-se com a chamada *Deditio* de Alcántara (LÓPEZ MELERO *et alli*, 1984 e GARCÍA MORENO, 1989), com termos e condições muito semelhantes aos narrados por Apiano. O que não significa que esta submissão incondicional decorresse de um qualquer projecto previamente delineado e estabelecido de expansão territorial e conquista, com o objectivo de construir uma unidade imperial. Creio que, em boa parte, as reacções (senão mesmo incompreensão) que ao longo do tempo foi suscitando o fundamental ensaio de P. Veyne – *Y a-t-il eu un impérialisme romain?* (VEYNE, 1975) – radicam na suposição de que a inexistência de um tal desígnio seria incompatível com uma implacável brutalidade na submissão dos *outros*. Essa brutal submissão existiu e, embora nem sempre se possa considerar fácil de aferir arqueologicamente, já que nos faltam abundantes provas de violência exercida sobre as populações hispânicas e seus povoados, alguns casos apresentam-se particularmente expressivos, como o registado (e recentemente divulgado) para a cidade de *Valentia* (RIBERA I LACOMBA; CALVO GÁLVEZ, 1995).

A Península Ibérica tem, neste particular do processo da conquista romana, uma especificidade ausente de outras regiões. Por um lado, o processo foi precoce, ocorrendo antes (ou praticamente em simultâneo com) os primeiros contactos dos romanos com estes territórios, contrariamente ao que sucedeu, por exemplo, nas Gálias ou na Britânia, onde a conquista foi precedida de amplos intercâmbios de índole comercial e mesmo do estabelecimento de pactos com chefes e populações locais. Por outro, foi extremamente longo, cerca de dois séculos, desde o

desembarque do primeiro exército até à vitória definitiva sobre Cântabros e Ástures, o que implicou inúmeras situações peculiares, próprias de uma longa convivência e interacção, ora conflitiva ora pactuada, entre romanos e indígenas que, progressivamente, forjou complexos fenómenos de assimilação cultural. Se mais não houvesse, o episódio da fundação da colónia latina de *Carteia*, em 171 a.C., motivada pela existência de 4000 crianças filhas de romanos e indígenas, constitui uma eloquente demonstração de tais interacções. Finalmente, a conquista afectou inúmeras populações com características culturais extremamente diversificadas, reflectindo-se, por isso mesmo, na adopção de distintas fórmulas de lidar com as preexistências indígenas; e, naturalmente, diferentes magnitudes alcançaram as transformações então operadas.

A abordagem deste complexo fenómeno (a Romanização), em toda a sua extensão, pode ser ensaiada de diversos modos, privilegiando as questões institucionais, políticas e administrativas – aquela que mais resultados tem produzido, já que se

socorre sobretudo dos textos, literários e epigráficos –, ou procurando indagar os directos reflexos de transformação e mudança ao nível do quotidiano. Este último é, por excelência, o território da arqueologia e aquele que aqui mais nos interessará. Não devemos perder de vista, porém, que a montante de qualquer destas abordagens se situam diferentes paradigmas ideológicos que necessariamente condicionam todas as leituras interpretativas. Sem querer ocupar-me extensamente deste tema, recordo somente que, nos últimos anos, se tem ensaiado uma nova abordagem ao fenómeno da Romanização, no quadro das chamadas perspectivas “pós-coloniais” – v., somente a título de exemplo, o conteúdo das comunicações apresentadas em dois colóquios recentes (MATTINGLY, 1997 e CREIGHTON; WILSON, 1999), onde cabalmente se demonstra o quanto as visões do Império Romano se forjaram a partir dos paradigmas culturais dos modernos colonialismo e imperialismo europeus. Este novo território de análise permitirá, por certo, recentrar alguns dos debates em torno dos fenómenos de “resistência”, “assimilação” e “síntese”, nos quadros culturais do mundo provincial romano do Ocidente Peninsular, assim como permitirá uma não menos interessante reavaliação da sua historiografia, nos seus distintos aspectos, gerais e regionais. Mas, neste domínio, reconheça-se, estão ainda a ser dados os primeiros passos.

Esqueçamos, por agora, os “civilizados” turdetanos e vejamos o que nos diz Estrabão dos restantes hispânicos, dos seus domínios e das suas características:

“(…) os que defendem que passam de mil as cidades dos iberos (...) parece que chegam a esta cifra outorgando o nome de cidades às aldeias grandes. Porque nem a natureza da região pode admitir muitas cidades, pela sua escassez de recursos, pelo seu isolamento e primitivismo; nem o seu modo de vida nem as suas acções, salvo as das costas do Nosso Mar [Mediterrâneo], sugerem nada

disto: são selvagens os que vivem em aldeias, e com eles a maioria dos povos ibéricos” (III.4.13).

Por esta referência (mais uma vez em tradução muito livre), se depreende que uma nítida distinção entre várias hispânicas estava claramente estabelecida e, como foi sublinhado, não custa vislumbrar, nestas e noutras oposições expressas pelo geógrafo grego, a aplicação de uma *tipologia social e política* de matriz aristotélica (ABASCAL; ESPINOSA, 1989: 11-20). Mas interessa verificar, também, as estratégias ensaiadas pelos romanos para fazer germinar as cidades neste mundo que consideravam não-urbano e que seguramente o não era para os padrões helenísticos:

“*As cidades que agora se fundaram, como Pax Augusta entre os celtas, Emerita Augusta entre os túrdulos, Caesaraugusta em território celtibero e algumas outras instalações mostram claramente a evolução das ditas constituições; todos os iberos que adoptaram este modo de ser são chamados togados (...)*” (III.2.15).

P. Le Roux, na obra já citada (1995), não deixou de sublinhar justamente o quanto as questões de indumentária sempre tocaram profundamente os discursos sobre os *outros*. Mas, como referi, interessa-nos mais outro tipo de questões e gentes, sobretudo as que mais apartadas estavam das costas meridionais:

“(…) a maioria deles [dos povos que viviam a norte do Tejo] *passavam a vida apartados da terra, em piratarias e em contínua guerra entre si e contra os seus vizinhos da outra margem do Tejo, até que os romanos os pacificaram fazendo-os baixar às planícies e convertendo em aldeias a maior parte das suas cidades, ainda que também associando-se a algumas como colonos, em melhores condições. Foram os montanheseiros que originaram esta anarquia, como é natural, pois ao habitar uma terra miserável e terem, para além do*

mais, pouca, ansiavam pelo alheio. Os outros, por terem de se defender, ficaram por força das circunstâncias sem poder dedicar-se às suas próprias tarefas, de modo que também eles guerreavam em vez de cultivarem a terra. Sucedia que a terra, abandonada, se tornava estéril e era habitada por bandidos” (III.3.5).

Esta foi, pois, uma das iniciativas, essenciais para o estabelecimento de um novo modelo político e administrativo. A fragmentação e fragilidade dos poderes foram combatidas pela promoção de uma crescente integração, com estratégias claras. Fundação de novos aglomerados, valorização de alguns dos antigos e depreciação de outros, isto é, a criação de uma nova geografia política, mas também daquilo a que arqueologicamente chamaríamos

A REAL COMPREENSÃO DA MAGNITUDE DESTES PROCESSOS DEPENDE ESTREITAMENTE DO CONHECIMENTO DAS PREEXISTÊNCIAS INDÍGENAS

um novo padrão de instalação, já que parecem valorizadas novas localizações / implantações para as cidades. Mas, também, como se vê, uma revalorização dos recursos existentes, mal aproveitados pela situação de guerra endémica que se verificava – e não interessa aqui debater os eventuais significados políticos, económicos e culturais desta pretensa situação de conflitualidade intercomunitária, que rios de tinta tem feito correr –, provavelmente, pela primeira vez se forjou aquilo a que chamaríamos uma paisagem rural, contraponto indispensável dos novos centros urbanos.

No âmbito deste nova forma de explorar e potenciar os recursos locais, os romanos introduziram e generalizaram o uso da moeda, até então desconhecida nas paragens setentrionais e do interior: “Em vez de moeda (...) os que vivem nas regiões mais interiores usam a troca de mercadorias ou cortam uma lasca de prata e dão-na” (III.3.7).

Independentemente das múltiplas questões interpretativas que estes trechos literários suscitam, gostaria de sublinhar alguns aspectos, mais ou menos neutros (isto é, que não suscitarão controvérsias de fundo), que deles se depreendem: em primeiro lugar, a criação de uma nova geografia política, com profundos (ainda que bastante diversos) impactes nos modelos de habitat indígenas; em segundo lugar, profundas transformações nos hábitos quotidianos das comunidades locais; em terceiro lugar, potenciação dos recursos regionais e estabelecimento de novas formas de os explorar; finalmente, a introdução da moeda, estabelecendo um novo quadro global de integração económica.

De todas estas inovações, vamos conhecendo cada vez melhor o seu efeito final, aferível pelo estudo de qualquer realidade arqueológica de época romana. Mas a real compreensão da magnitude deste processo depende estreitamente do conhecimento das preexistências indígenas e, sobretudo das realidades cronologicamente compreendidas entre os inícios do século II a.C. e os inícios do I d.C., época-chave onde se insinuam novos artigos, e novos hábitos crescentemente se adoptaram até gerarem novas realidades que poderemos designar como “romanas provinciais”. Trata-se, pois, da fronteira entre dois mundos distintos, que o quadro actual de especialização disciplinar acentua, separando e agrupando os “especialistas” em Proto-História e Mundo Romano, criando um fosso nem sempre fácil de transpor; ou, pior ainda, uma espécie de “terra de ninguém”, de onde se escapam uns e outros, pela incomodidade de lidar com realidades fluidas, em constante mutação, e de contornos imprecisos. A questão

residirá em saber que tipo de “visibilidade arqueológica” adquirem os processos de transformação e mudança, que a passagem de um mundo ao outro implicaram, e que elementos devemos valorizar na sua análise. Tentemos ilustrar com alguns exemplos práticos estes considerandos prévios.

1. O conhecimento dos processos de transformação e mudança

Como se tem conhecido o antes e o depois da conquista romana?... Esta é, talvez, a primeira questão a colocar. Dois exemplos são bem expressivos.

Em primeiro lugar, o das já seculares investigações no âmbito da chamada “cultura castreja” do Noroeste. Como é sabido, estes estudos iniciaram-se com as escavações de Martins Sarmento em Briteiros e Sabroso, respectivamente, no último quartel do século XIX. Foi este mesmo Autor que explicou, em diferentes textos, os objectivos das suas indagações: encontrar vestígios de aglomerados pré-romanos – “No meio de tanta ruïnaria, não é de esperar que possamos encontrar vestígios de povoações, onde a influência romana seja quase nula, outras em que ela falte absolutamente?” (SARMENTO [1879a], 1933: 18) – ; ou seja, locais onde pudesse rastrear o que existia de original no extremo ocidente da Península Ibérica antes da conquista romana. Por essa razão, valorizou Sabroso como exemplo privilegiado para a identificação do que era verdadeiramente “indígena” em Briteiros – “A Citânia apresentava sinais duma influência romana. Mas havia por lá alguma coisa que não era romano, e devesse atribuir-se a uma civilização indígena? (...) Sabroso apresentava-se sem essa suspeição. Faltam aqui as telhas, as ânforas, a louça aretina (...), a louça marcada, as inscrições – tudo isso que na Citânia era lançado à conta da incómoda influência romana” (SARMENTO [1879b], 1933: 22). E os exemplos

poderiam multiplicar-se. O sábio vimaranense buscava as raízes da Nação, não o vestígio de Roma nos aglomerados indígenas. Mas, curiosamente, no elenco das presenças e ausências, manifestava já uma clara consciência do quanto a observação dos artefactos arqueológicos poderia contribuir para distinguir um mundo indígena desse outro já em processo de assimilação, sem perder de vista que o novo horizonte romano conservava ainda traços das preexistências.

Quase cem anos depois, e este é o segundo exemplo, encontramos o reflexo oposto nas escavações luso-francesas da cidade de *Conimbriga*, onde, como foi explicitamente assumido, a investigação se ocupou somente dos níveis de época romana, deixando deliberadamente de fora as preexistências indígenas (ALARCÃO, 1976: 3), só ocasionalmente tocadas. Naturalmente, não interessa aqui discutir o que poderiam ter sido estas investigações, se os seus Autores assumissem uma outra atitude. O que interessa sublinhar é que, com demasiada frequência, os interesses da investigação compartimentam-se explicitamente – Proto-História ou Mundo Romano –, faltando justamente as abordagens aos processos de transformação em si. Neste particular, como em tantos outros, bem se poderá dizer que uma *arqueologia processualista*, na plena acepção do conceito e da problemática das suas abordagens, não chegou nunca a vingar entre os arqueólogos que, em Portugal, estudavam estes períodos.

No entanto, os indícios das transformações operadas pela conquista e integração do espaço ocidental da Península Ibérica num mais vasto sistema político e administrativo estavam lá, em cada sítio arqueológico escavado, e foram, pois, reconhecidos e interpretados. Nesse processo interpretativo, foram mobilizados diferentes modelos que,

independentemente das suas virtualidades operatórias, conheceram talvez uma excessiva utilização por parte da comunidade científica.

Neste particular, o chamado mundo castrejo do noroeste constitui um caso à parte, não só por ali ter começado (literalmente), com Martins Sarmento, a arqueologia proto-histórica portuguesa, mas também por ser a região mais e melhor estudada do espaço hoje português, com fecundas interações com a vizinha Galiza. No breve espaço destas páginas não cabe um tratamento e discussão alargada sobre as principais linhas da problemática das transformações e mudanças operadas nas comunidades locais pelo processo da conquista romana. Sublinhe-se, contudo, um ou outro apontamento dos grandes temas em debate.

A AFERIÇÃO DOS PROCESSOS DE TRANSFORMAÇÃO E MUDANÇA DECORRENTES DA CONQUISTA ROMANA E DA ROMANIZAÇÃO DEPENDEM BASICAMENTE DE DOIS FACTORES: BOAS SEQUÊNCIAS ESTRATIGRÁFICAS, CORRECTAMENTE REGISTADAS E VOLUME E QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTEXTUAL

Em primeiro lugar, a questão das grandes citânias – o que há de indígena e de romano nelas – que, como se viu, já era discutida pelo pioneiro vimaranense. O caso de Monte Mózinho, Penafiel, parece-me bem elucidativo. Depois de uma primeira fase onde insistentemente se buscou o “fundo indígena”, normalmente entendido como o povoado que antecedeu o grande núcleo urbanizado de época romana – “*Como o conhecemos, pelos estratos que escavámos, este castro é um assentamento da nossa era. Mas, pensamos que futuras campanhas incidindo sobre áreas apenas sondadas nos darão uma visão diferente*” (SOEIRO, 1984: p. 126) – chegou o reconhecimento de que o local parece ter sido fundado, de facto, na época de Augusto, isto é, num momento em que a efectiva romanização do noroeste se encontrava

em marcha – “*O primeiro Mózinho teria sido, portanto, aquele que se ergueu já sob tutela romana, embora habitado por indígenas, que o plasmaram de acordo com a sua cultura material própria, um castrejo recente, bastante evoluído*” (SOEIRO, 1998: p. 79). Trata-se de uma situação a vários títulos notável, uma vez que a um desenho urbano de feição inequivocamente romana se soma uma arquitectura e uma organização dos espaços domésticos com claras permanências indígenas (por exemplo, pelo uso reiterado de casas de planta circular, com vestíbulo ou na própria organização dos núcleos familiares). Tudo isto numa região onde, por essa mesma época, se estabelecia em paralelo o modelo urbano romano, de evidente padrão clássico, por exemplo, em *Bracara Augusta* (MARTINS; DELGADO, 1989-1990 e MARTINS, 2000). Constituirá um interessante

desafio para o futuro a compreensão destes processos e a correcta avaliação do significado destas permanências. Não menos interessante seria saber que estatuto tinham estas grandes citânias nos novos quadros políticos e administrativos do noroeste romano.

Um outro caso interessante, apenas a florado até à data, é o das relações que se estabeleceram entre indígenas e romanos, no domínio das vivências quotidianas. Um caso paradigmático é o da casa de Décio Júlio Cilo nas imediações da citânia do Monte Murado, Gaia, e das suas conhecidas tésseas de hospitalidade (SILVA, 1983 e 1986). Conhecemos os vínculos jurídicos, sabemos onde fica a casa do romano, embora se não tenham publicado ainda os resultados da sua escavação, parece evidente a relação

com a citânia. Importante seria avaliar quais as características da cultura material documentada num e no outro local, que tipo de interações se observam e, naturalmente, de que forma o novo desenho do espaço doméstico da habitação de Cilo se reflecte no vizinho povoado.

Um exemplo mais: o dos chamados “castros agrícolas”. Depois de, numa primeira fase, terem sido normalmente identificados como estabelecimentos militares romanos, por corresponderem a um padrão de instalação distinto do habitat indígena, por possuírem muralhas de terra associadas a fossos e por entregarem materiais importados, foram, posteriormente, reconhecidos como uma forma peculiar de instalação relacionada com o mundo indígena. Estes chamados “castros agrícolas” constituem indubitavelmente uma inovação nos quadros do povoamento do noroeste. Diria que as grandes interrogações neste domínio serão as relacionadas com o correcto enquadramento e datação do fenómeno. Isto é, saber se constituem um documento da dinâmica interna das sociedades indígenas, em curso de implantação aquando da conquista romana, como parece ser o caso do povoado do Lago, Amares (MARTINS, 1988), ou se, pelo contrário, correspondem a um desses processos atrás referidos de fixação de comunidades em novos espaços e territórios, com a respectiva potenciação da exploração de recursos, promovida pelo novo poder, como parece suceder com esses outros estudados na bacia inferior do rio Lima (ALMEIDA, 1990). Por certo, será também importante esclarecer se alguns desses locais não serão mesmo instalações militares romanas.

Em áreas mais meridionais, o panorama é bastante diferente. Desde logo, porque é muito menor o conhecimento existente em todos os domínios. Conhecemos mal as cartas de distribuição de povoados, pior ainda a sua organização

interna, muito pouco as características da sua cultura material. Provavelmente, todas estas lacunas explicarão um uso de certo modo excessivo que se tem feito do pouco que se conhece, tomando os casos estudados como norma geral, aplicável a outras situações, independentemente de uma confirmação empírica mínima; ou, o que é pior, fazendo coincidir os dados empíricos com o modelo previamente delineado.

O caso de *Conimbriga* é, neste domínio, particularmente interessante. As escavações luso-francesas no local e a sua extensa publicação constituíram, como é unanimemente reconhecido, um acontecimento notável e marcante no panorama arqueológico peninsular. Trata-se verdadeiramente da fundação da moderna arqueologia romana, no espaço hoje português. No entanto, as teses sobre a antiga cidade acabaram por conhecer uma projecção talvez excessiva. Na leitura das realidades observadas na investigação da cidade romana sublinharam-se alguns aspectos relevantes: em primeiro lugar, a existência de uma interacção entre mundo indígena e mundo romano, que teria conduzido à preservação de um “bairro indígena”, no contexto da primeira urbanização da época de Augusto, uma situação de assimilação em “coexistência pacífica”, como foi sublinhado (ALARCÃO; ÉTIENNE, 1979: 252) – ainda que se tenha registado a diferença entre o urbanismo reticulado de tipo mediterrâneo desse “bairro”, em vivo contraste com esses outros vestígios identificados sob a esplanada das termas da época de Trajano, onde as estruturas se encontravam “(...) *installées sans ordre* (...)” (ALARCÃO; ÉTIENNE, 1979: 251). Na época flávio-trajana, pelo espaço de uma geração, operou-se uma profunda transformação urbana no local, designada como uma verdadeira “revolução urbanística”, explicável no contexto da municipalização do aglomerado (ALARCÃO; ÉTIENNE, 1979: 253-4).

Retenhamos, pois, duas questões importantes. Em primeiro lugar, a existência de distintas fases construtivas pré-romanas – uma “caótica” e outra de plano rectilíneo de influência mediterrânea –, compreensivelmente tratadas de um modo muito ligeiro, por não constituírem, como já se viu, um objectivo relevante da investigação ali realizada. A existência de dois grandes momentos de urbanização: um da época de Augusto, o primeiro urbanismo à maneira romana, outro, posterior à municipalização, que inaugura a nova “era” da cidade provincial. Como é sabido, estas duas questões estão intimamente relacionadas, uma vez que a cronologia do chamado “bairro indígena” se afigura determinante para a leitura da dinâmica construtiva do *forum* da cidade. Não nos interessa também retomar a discussão em torno destes temas (“bairro indígena” e os *fora*), uma vez que parece definitivamente estabelecido que o dito bairro não constituía uma pre-existência conservada pelo urbanismo de Augusto, como se supunha, o que implica admitir uma configuração distinta para o *forum* augústeo – acerca da nova leitura do “bairro indígena” podem ver-se os esclarecedores trabalhos de Ana Margarida Arruda (ARRUDA, 1988-1989 e 1997); enquanto que a questão dos *fora* se pode reequacionar à luz da recente leitura do *forum* de *Aeminium* (CARVALHO, 1998: 184-203). Interessa somente reter que estas interpretações, resultantes das primeiras escavações de *Conimbriga*, se reflectiram em conclusões avançadas para outros sítios arqueológicos.

Provavelmente, o caso mais interessante será o do Castelo Velho de Santiago do Cacém (*Mirobriga* ?), tal como *Conimbriga*, um aglomerado indígena, transformado em cidade sob o domínio romano. Naquela cidade romana, dir-se-ia que tudo rompe com a preexistência indígena, inclusivamente nas matérias-primas usadas na construção: o xisto, no povoado antigo, e o calcário na nova

cidade. Apesar de tudo, os responsáveis pelo projecto de investigação luso-americana que estudou o local nos anos 80, registaram a suposta conservação de um templo pré-romano, na área norte do *forum* da cidade. Não adianta retomar aqui a argumentação, que já longamente expus em outro local (FABIÃO, 1998: 1, 232 e ss.), contra a classificação daquela estrutura como templo pré-romano, aliás, só sumariamente apresentada em dois relatórios preliminares das escavações da Universidade de Missouri-Columbia (SOREN, 1982 e 1983), uma vez que o volume monográfico que do local trataria nunca foi publicado. O que me parece evidente é que, na interpretação avançada pelo investigador americano, funcionou em pleno o “paradigma *Conimbriga*”, isto é, a noção de que teria existido uma assimilação em “coexistência pacífica”, com conservação da estrutura pré-romana até ao momento do lançamento do primeiro grande desenho urbano na época de Cláudio-Nero (BIERS, 1988), quando toda a restante evidência arqueológica parece sugerir o contrário. É certo que não seria fácil a interpretação daquela área do povoado, já parcialmente escavada por Fernando de Almeida, que nada de sagrado ali viu, embora interpretasse o núcleo romano como um grande santuário (ALMEIDA, 1964: p. 26 e figs. 7 e 8); mas deve reconhecer-se a grande fragilidade da evidência empírica que suporta a proposta dos investigadores americanos – inclusivamente, estudos recentes desvalorizam (e bem) alguns dos elementos aduzidos para a interpretação religiosa (BARATA, 1999).

Estes dois exemplos – *Conimbriga* e Castelo Velho de Santiago do Cacém (*Mirobriga* ?) – são elucidativos dos problemas que se colocam a uma correcta leitura e interpretação das transformações operadas nos aglomerados populacionais, no decurso da conquista romana. Pelo que

presentemente conhecemos, diria que o processo do nascimento da cidade romana se faz contra as preexistências e não recuperando-as e integrando-as, aliás, porque o novo conceito urbano deveria ser dificilmente compaginável com os anteriores modelos de habitat, para além de corresponder à expressão física de novos paradigmas políticos, sociais e administrativos. Na cidade das imediações de Condeixa, o primitivo povoado seria provavelmente o da “construção desordenada” e a organização ortogonal do chamado “bairro indígena” já um reflexo directo do processo de Romanização, como as recentes investigações parecem

QUE PERTINÊNCIA TERIA ENTÃO ESTA DESIGNAÇÃO DE “PROTO-ROMANO”? A CONCLUSÃO É A EFECTIVA INOPERATIVIDADE PRÁTICA DO CONCEITO

demonstrar. No Castelo Velho, tudo parece mais fácil, pelas distintas escolhas de materiais: construções em xisto nas fases pré-romanas e de calcário nas já romanas – pena é que se conheça tão pouco do primitivo povoado de xisto. É conveniente, porém, não generalizar as observações, uma vez que nos faltam muitos mais exemplos. Faltam, designadamente, os estudos sobre locais das áreas mais meridionais, justamente aquelas onde poderá ter existido um urbanismo de tipo mediterrâneo, em épocas pré-romanas, de algum modo reaproveitado e reintegrado na nova topografia urbana.

Trata-se, igualmente, de dois casos onde se pode apreciar as enormes limitações de lidar com as realidades subjacentes às construções romanas. Em primeiro lugar, porque a implantação destas últimas implica grandes revolvimentos do subsolo, que perturbam seriamente a leitura das preexistências, mas também porque a necessidade de conservar os vestígios urbanos de época romana, por razões de ordem patrimonial, limita extraordinariamente a acção do investigador e os espaços de leitura. Parece-me, pois, que a chamada

“arqueologia por contrato”, aquela que realiza a maior parte das escavações destinadas a conservar pelo registo (isto é, as que pressupõem a destruição das estruturas) constituirão os momentos privilegiados para o estudo das relações entre os desenhos urbanos de época romana e os primitivos aglomerados indígenas. Em alternativa, os aglomerados que foram lentamente abandonados, sem gerarem novas cidades, poderão fornecer respostas interessantes – é o que temos vindo a procurar em Mesas do Castelhinho, Almodôvar, embora ainda sem grande êxito.

A aferição dos processos de transformação e mudança decorrentes da conquista romana e da Romanização, propriamente dita, dependem basicamente de dois factores: boas sequências estratigráficas, correctamente registadas e volume e qualidade da informação contextual, fornecida por tais sequências. Contudo, não podemos perder de vista as limitações de tais registos, sob pena de tentarmos que o campo nos entregue aquilo que dificilmente nos poderá dar.

Luís Berrocal-Rangel, num importante texto de reflexão sobre os fenómenos de transformação cultural e Romanização, no sudoeste peninsular, apresenta um modelo, de matriz antropológica, para a leitura destes fenómenos. Propõe a definição de quatro fases distintas e sequenciais: uma primeira, que chama *aditiva*, datada entre os fins do séc. III e os inícios do II a.C., marcada pelo início das importações itálicas pelo mundo indígena, sem que tais importações constituam um factor de transformação dos hábitos ou da artesanaria locais; uma segunda fase, *reactiva*, de resistência e rebelião contra Roma, durante o séc. II a.C., marcada

pela chamada guerra lusitana e todos os outros conflitos menores, que as fontes literárias documentam; uma terceira, *sincretista*, em que os elementos importados são adoptados e incorporados nos quotidianos indígenas, influenciando directamente sobre a cultura material, situa-a entre os fins do séc. II e o primeiro quartel do I a.C.; finalmente, uma fase de “*desculturação*”, marcada pelo efectivo triunfo das directrizes romanas e consequente abandono acelerado de hábitos e artigos autóctones (BERROCAL-RANGEL, 1989-1990).

Na sua construção, o modelo não sofrerá contestação e parece manifestamente operativo. O Autor incorpora de forma manifestamente feliz a informação contida nos textos clássicos e os dados do registo arqueológico. No entanto, parece-me extremamente difícil de aferir em termos práticos. Não creio que o registo arqueológico permita uma precisão suficiente para distinguir níveis correspondentes a uma fase meramente *aditiva* de uma outra *sincretista*, para não dizer que a fase *reactiva* só poderá rastrear-se em eventuais níveis de destruição de povoados. De facto, se o discurso construído sobre fontes literárias permite esse grau de faseamento, já o registo arqueológico propriamente dito não deverá possibilitar mais do que a verificação de um crescente processo de sincretismo e aculturação, passível de ser datado e compreendido nos seus múltiplos contornos, o que já não é pouco, diga-se. Não se trata propriamente de uma limitação lamentável, mas tão-somente de uma correcta percepção dos reais alcances do registo arqueológico; ou, se preferirmos, de uma situação corrente no domínio da chamada “arqueologia histórica”, isto é, do estudo de sociedades e territórios para os quais possuímos registos de natureza diferenciada e sempre perfeitamente articuláveis, sobretudo em termos cronológicos. Interessa, todavia, reter a

operatividade do modelo, que acompanhará as páginas que se seguem.

Na análise do fenómeno da Romanização, os modelos não são neutros, como neutros não são os conceitos que mobilizamos para descrever estas realidades. Terá algum interesse verificar que tipo de conceitos tem sido utilizado para descrever as realidades arqueológicas dos sécs. II e I a.C. e qual a sua pertinência.

2. Problemas de denominação

Como os conceitos não são inocentes, uma questão pertinente será a de saber como designar o período que aqui nos ocupa, ou seja, em termos cronológicos, o que, no ocidente peninsular, se estende desde os inícios do séc. II à mudança da Era.

A questão tem sido encarada de diferentes modos pelos vários investigadores que têm estudado e publicado contextos arqueológicos destas épocas. Creio que a mais antiga designação ensaiada foi a de “proto-romano”, aplicado ao pequeno aglomerado do Pedrão, Setúbal (SOARES; SILVA, 1973). A pertinência de tal conceito prendia-se com o facto de existir uma ocupação romana, entenda-se, de época Imperial, que se sobrepunha a uma outra, caracterizada por um registo com numerosas importações típicas da época Republicana. Do ponto de vista da organização do espaço e da arquitectura doméstica, o sítio das imediações de Setúbal não diferia muito das características já conhecidas em habitats indígenas da Península Ibérica: um povoado “cego”, com construções de pedra e terra, com lareiras, justapostas e encostadas a uma muralha delimitadora, com uma entrada única, reforçada, e uma estrutura, que parece de celeiro, numa área central. Não há espaço, no âmbito deste texto, para

desenvolver a argumentação, exposta em outro local (FABIÃO, 1998, 2: p. 215-219), em favor de uma interpretação do local como um possível estabelecimento militar de época romana republicana, eventualmente com funções de controle local. Assim sendo (e, diga-se, que nada invalida esta interpretação), tratar-se-ia de um núcleo plenamente integrado numa estratégia de ocupação e controle do território de iniciativa romana. Que pertinência teria então esta designação de “proto-romano”?...

Mais implícita do que explicitamente, parece evidente que, para os Autores do estudo, a designação se adequaria a uma estrutura de “fundo indígena”, com uma significativa presença de importações itálicas (cerâmica campaniense, “paredes finas”, ânforas, moedas), no âmbito de um processo em que a administração romana não se encontraria ainda consolidada. Aplicando o modelo proposto por Luís Berrocal-Rangel, estaríamos na presença de um claro exemplo da fase *sincretista*, em crescente processo de aculturação, que a cronologia dos materiais recolhidos largamente confirmaria. Por *proto-romano* deveríamos entender, pois, uma fase/situação de crescente assimilação dos elementos itálicos sem que, todavia, se possa falar já de um momento nitidamente romano. Fica por esclarecer, porém, a partir de que momento e com que indicadores se poderia falar já de uma presença romana...

O conceito tem, sem dúvida, alguma pertinência. No entanto, se admitirmos, como, creio, temos razões para o fazer, que se trataria afinal de uma fundação romana de raiz, tal noção perde todo o sentido. Colocando a questão em outros moldes: não se vislumbra de que forma poderemos, de um modo concreto, positivo e categórico, afirmar tratar-se de um núcleo indígena com importações itálicas. Não há vestígios

de níveis plenamente pré-romanos, para lá do substrato Calcolítico, e os argumentos da arquitectura ou da organização do povoado são também bastante débeis. As mesmas técnicas construtivas, as lareiras do mesmo tipo e, de um modo geral, todo o espólio estão presentes no estabelecimento militar romano da Lomba do Canho, Arganil (NUNES; FABIÃO; GUERRA: 1988). Por outro lado, se compararmos o povoado do Pedrão com os restantes casos conhecidos de habitat indígena da região, verificamos uma evidente divergência nas dimensões, na implantação ou mesmo na organização interna (embora aqui se deva reconhecer que os exemplos conhecidos são escassos). Ficamos, portanto, numa situação insólita: por um lado, podemos reconhecer pertinência ao conceito, mas, por outro, não vislumbramos de que modo se possa discernir claramente entre uma situação de efectiva instalação romana, de uma outra, indígena, mas fortemente “sincretista”. A alternativa seria considerar como “proto-romano” tudo aquilo que antecederse a Romanização administrativa, o que implicaria a adopção de critérios não-arqueológicos para designar realidades arqueológicas. A conclusão, para mim, óbvia, é a da efectiva inoperatividade prática do conceito, pelo que não vislumbro uma razão consistente para a sua manutenção.

Uma outra noção que temos visto aplicar a realidades arqueológicas do período em apreço é a de *III Idade do Ferro*. Trata-se de um conceito amplo, usado para descrever realidades de características muito díspares, mas com óbvios aspectos comuns. Tomemos como exemplo duas dessas aplicações: a usada para o povoado de Raso de Candeleda, Ávila (FERNÁNDEZ GÓMEZ, 1986 e 1993), ou a aplicada a Alcácer do Sal (SILVA *et alii*, 1980-1981), posteriormente estendida a outros sítios arqueológicos da área da Estremadura portuguesa (CARDOSO,

1995). Bem se poderá dizer que dificilmente haverá locais de características mais distintas na sua cultura material.

No Raso de Candeleda foi extensamente escavado um grande povoado que parece corresponder a um processo de concentração de gentes, decorrente da instabilidade verificada na região nos meados do I Milénio a.C. – um dos principais factores de surgimento deste aglomerado poderia ser, como tem sido defendido, as incursões bárnicas ao interior peninsular (FERNÁNDEZ GÓMEZ, 1986 e 1993). O sítio apresenta características peculiares, com uma organização do espaço e edificação das construções domésticas de cariz marcadamente indígena. No capítulo da cultura material, são escassíssimos os materiais de importação e nula a evidência de um qualquer impacte dos mesmos na artesanaria local. Contudo, aqui se recolheram dois fragmentos de cerâmica com grafitos em caracteres latinos, incisos antes da cozedura. O povoado foi abandonado na sequência da conquista romana e, aparentemente, como reflexo directo da mesma (FERNÁNDEZ GÓMEZ, 1986 e 1993). Em suma, estamos na presença de um aglomerado que nasce num momento avançado da Idade do Ferro, por circunstâncias peculiares, e que foi ocupado durante todo o século II e primeira metade do I a.C., ao que tudo indica, à margem dos grandes fluxos de difusão de artigos itálicos, que somente ali chegam de um modo residual, o que confere uma aparência de profundo “arcaísmo” à sua cultura material, ainda que os indícios de “literacia” constituam dados perturbadores. Usando o modelo de Berrocal-Rangel, dir-se-ia que o Raso de Candeleda vivia somente uma fase *aditiva*, no que concerne à incorporação de novos artefactos e hábitos no quotidiano das suas populações, no momento em que foi abandonado. A designação de III Idade do Ferro justificar-se-ia na

medida em que corresponderia a um momento de ruptura com anteriores padrões de povoamento, já que não é conhecido um aglomerado similar, nesta área, que lhe seja anterior.

Alcácer do Sal constitui um exemplo bem diferente, desde logo pela sua cultura material denotar um cosmopolitismo em absoluto contraste com o observado no Raso de Candeleda. Com base nos resultados das escavações ali efectuadas em 1979, estabeleceu-se a existência de uma longa sequência de ocupações ininterruptas, documentando uma Idade do Ferro de feição vincadamente mediterrânea que, na sua Fase V (correspondendo ao estrato 6) se caracterizaria pela “(...) *predominância do elemento cultural mediterrâneo de feição semita (púnica e/ou ibero-púnica) sobre a itálica*” (SILVA *et alli*, 1980-81: 211), num âmbito cronológico compreendido entre o séc. II e o terceiro quarto do I a.C. Deve reconhecer-se que, nos últimos anos, estas perspectivas que estabelecem supostas oposições entre um elemento de feição semita e os elementos romanos, propriamente ditos, têm conhecido novos defensores. Não creio, todavia, que seja pertinente sublinhar um tal aspecto no caso de Alcácer do Sal.

Em primeiro lugar, examine-se o registo arqueológico proporcionado por esta intervenção, porque, contrariamente ao verificado no povoado de Ávila, aqui, a área escavada foi muito reduzida. O dito estrato 6 foi somente reconhecido numa pequena área e estava muito alterado pela posterior urbanização romana. A escassa presença de importações itálicas justificar-se-á, parece-me, mais pelas características da área escavada do que propriamente por uma atitude cultural *reactiva* face a Roma, para usar os quadros conceptuais de Luís Berrocal-Rangel, nem tal seria coerente, aliás, com as características de “(...) *rico entreposto aberto ao comércio mediterrâneo*”, que os mesmos Autores usam (e bem) para definir o local

(SILVA *et alli*, 1980-81: 213). Acrescente-se, ainda, que se tomassem em consideração alguns elementos recolhidos nas destruições que antecederam as intervenções arqueológicas (SOARES, 1978), o panorama das importações itálicas dos sécs. II-I a.C. se alteraria substancialmente; bastava que aplicassem o mesmo critério que usaram para épocas subsequentes: “*No que concerne à Época Romana imperial (Fase VI) a escavação revelou um único nível de ocupação, da segunda metade do séc. I d.C. e dos inícios do séc. II (existem elementos, como terra sigillata itálica,*

AFIGURA-SE MAIS ACEITÁVEL USAR O TERMO DE ROMANO REPUBLICANO SEMPRE QUE SE LIDA COM NÍVEIS ARQUEOLÓGICOS COEVOS DO PROCESSO DE CONQUISTA E CONTROLE DO TERRITÓRIO PENINSULAR.

recolhidos fora de contexto, nas crivagens de 1976, que nos permitem falar de ocupação augustana)” (SILVA *et alli*, 1980-81: 213). Isto é, neste último caso, a inexistência de níveis arqueológicos bem conservados não levou os Autores a suporem uma ausência de ocupação nos inícios da Era, nem tão-pouco a estenderem até esse período a reacção aos romanos. Diria mais, independentemente do registo arqueológico circunstancial, somente o facto de ali ter existido uma das mais antigas e activas cecas monetárias do ocidente peninsular (FARIA, 1989) ou a cognominação de *Urbs Imperatoria* documentada em Plínio-o-Velho (Nat.4.116) bastariam para sublinhar o papel de Alcácer do Sal, na Romanização desta área. Resta esperar que a publicação das recentes escavações ali realizadas, que antecederam a construção da moderna Pousada, possa esclarecer as características da ocupação do local, neste importante período, até porque estes trabalhos mais recentes não estiveram condicionados pelas questões de conservação patrimonial observadas nas escavações anteriores e afectaram áreas bastante mais vastas.

Por tudo isto, creio que não faz sentido manter esta designação de III Idade do Ferro, a não ser que tal conceito se aplique indiscriminadamente a todas as realidades arqueológicas dos sécs. II e I a.C. É claro que um caso como o de Raso de Candeleda coloca uma outra ordem de questões, já que ali se não verificam as realidades observadas em Alcácer do Sal. Dir-se-ia que a grande distinção entre uma e outra realidade passa pelo reconhecimento de um efectivo processo de assimilação cultural, evidente em Alcácer, mas menos claro no Raso. A avaliação do que muda e se transforma depende, em

primeiro lugar, naturalmente, do grau de conhecimento da situação imediatamente anterior e, em segundo, da proximidade e afastamento relativamente aos padrões culturais mediterrâneos, nos quais o mundo romano se integra. Quanto maior fôr a distância relativamente a esses padrões, maior será o impacte transformador; mas, será também tanto mais perceptível, quanto maior for a continuidade da ocupação dos locais. No Raso, o processo de povoamento foi abruptamente interrompido pela conquista romana, que determinou o abandono do aglomerado indígena, pelo que nos ficámos simplesmente pela observação do início do processo, quando os artigos itálicos assumiam claramente apenas a tal função *aditiva* em face da cultura material local, não sendo demais sublinhar os necessários matices que a já mencionada presença dos grafitos implica.

O exemplo do povoado de Ávila constitui, diga-se, um caso excepcional, no panorama peninsular. Na maior parte dos casos, não se observam situações em que os artigos de origem itálica são escassos e em que se não

observam efectivas interações da artesanaria local com estas novas influências. Em suma, é difícil traçar a fronteira entre uma fase simplesmente *aditiva* e os inícios de um efectivo processo de *interacção e assimilação* cultural. Até porque o critério meramente quantitativo é manifestamente insuficiente para uma boa caracterização de tais fenómenos. Por exemplo, o número de importações itálicas documentado no estabelecimento militar romano da Lomba do Canho, Arganil (NUNES; FABIÃO; GUERRA, 1988), é substancialmente inferior ao que temos vindo a recolher no povoado de Mesas do Castelinho, Almodôvar (FABIÃO; GUERRA, 1994); no entanto, o primeiro é um estabelecimento inequivocamente romano, associado ao processo de conquista e controle do território, enquanto que o segundo não passa de um aglomerado indígena onde, inclusivamente, nada indica que tenha existido alguma instalação de romanos, contrariamente ao que sucedeu em outros povoados onde parece evidente um uso militar, mesmo que meramente pontual.

Em face de todas estas interrogações e dificuldades, afigura-se mais aceitável usar o termo de Romano Republicano, simplesmente, sempre que se lida com níveis arqueológicos coevos do processo de conquista e controle do território peninsular. Naturalmente, e pelas mesmas razões já expostas, esse conceito adquire distintas valências e pertinências em função do quadro geográfico e do âmbito cultural local. Mas, neste domínio, não estamos perante nada de novo, trata-se simplesmente de aplicar os critérios contextuais, próprios da investigação arqueológica e, sobretudo, de procurar quadros conceptuais específicos para abordar estas realidades singulares, sem deixar que a informação de natureza histórica force o registo arqueológico.

3. Pistas para uma determinação dos impactes transformadores

Perante todos os problemas e questões atrás enunciados, será pertinente perguntar de que pistas dispomos para determinar e aferir os impactes transformadores decorrentes da conquista romana, uma vez que um critério meramente quantitativo é insuficiente e os qualitativos são algo fugidios, sendo óbvio que quantidade e qualidade se deverão cruzar sistematicamente com a variável espacial – a maior proximidade dos centros meridionais e do litoral justificará sempre uma maior abundância de importações.

Em primeiro lugar, poderemos afirmar que os mais claros impactes se observam nas transformações nos padrões de ocupação do território. As novas cidades, em novas implantações, o novo mundo rural ou as estruturas de exploração de recursos (mineiros, marinhos, etc.) falam-nos desse novo mundo provincial romano, tal como os registos epigráficos nos ensinam que as elites indígenas participaram activamente no processo. No entanto, conhecer este novo mundo apenas nos permite, por comparação com as realidades pré-romanas, enumerar o que mudou, não ajuda particularmente à compreensão do processo em si. Será, pois, no tratamento sistemático das amostras recolhidas em bons contextos estratigráficos datáveis dos sécs. II-I a.C., que poderemos procurar as respostas às nossas interrogações.

Infelizmente, tal como sucede com cidades e povoados, não são particularmente numerosos os contextos arqueológicos dessa época escavados e publicados no território hoje português. A partir do pouco de que dispomos pode, contudo, ensaiar-se algumas propostas de avaliação dos processos de transformação e mudança.

Como em outro local já apresentei (FABIÃO, 1998), creio que dois dos conjuntos de artefactos mais esclarecedores sobre o impacte da Romanização são, respectivamente, as lucernas e as moedas, particularmente as que foram batidas sobre ligas de cobre. Em ambos os casos, trata-se de artigos que se não prestam a outros usos que não aqueles para os quais foram especificamente produzidos. A funcionalidade singular destes artigos confere-lhes um particular valor para determinar a existência de uma real assimilação cultural, contrariamente ao que sucede com outros artefactos, como as cerâmicas finas, por exemplo, cuja aquisição e uso admite uma recontextualização em quadros culturais e sociais alheios aos propriamente romanos, ou seja, estranhos à sua primitiva função. Um recipiente primordialmente concebido para servir ou beber vinho, pode ser usado com outros produtos, já para não falar no distintos modos e contextos sociais e culturais em que o artigo, propriamente dito, pode ser usado ou consumido – uma observação da distribuição dos artigos de baixela metálica romana republicana encontrados no espaço hoje português é sintomática do seu aparente reduzido valor como indício de romanização (FABIÃO, 1998 e 1999).

Por certo, não esqueço que ambas, lucernas e moedas, existiram e se difundiram no mundo mediterrâneo antes da conquista romana, no entanto, o conhecimento que presentemente temos de contextos arqueológicos e fundos de museus do ocidente peninsular parecem demonstrar que a sua generalização resulta, efectivamente, da conquista romana. Uma lucerna serve para iluminar (e nada mais) e a moeda de cobre serve para transaccionar artigos, em sociedades que assimilaram plenamente o conceito monetário, contrariamente ao que sucede com a de prata, que pode, na realidade, ser usada como adorno, ou

simplesmente como porção de metal nobre – recorde-se a passagem do texto de Estrabão (III.3.7) acima transcrita, que parece encontrar confirmação no registo arqueológico (CENTENO, 1987 e 1999).

No que às lucernas concerne, o panorama da distribuição no ocidente peninsular, nos sécs. II-I a.C., é francamente pobre. De facto, se atendermos ao conjunto dos exemplares publicados, verifica-se uma sobre-representação em *Conimbriga* (ALARCÃO; PONTE, 1976: 94-95), tanto mais insólita quanto é sabido que se não escavaram significativos estratos deste período. Esta situação serve-nos, sobretudo, para sublinhar toda a distorção oferecida pelo actual panorama – para uma exposição dos materiais conhecidos no actual território português, veja-se: NUNES; GUERRA; FABIÃO, 1990 e FABIÃO, 1998. No estado actual dos conhecimentos, as lucernas de época republicana encontram-se presentes sobretudo nos locais onde estacionaram tropas romanas. De tal modo essa associação entre movimentações militares e lucernas é expressiva que, partindo do conjunto de materiais conservados no Museu Nacional de Arqueologia Leite de Vasconcelos, me pareceu possível alvitrar a instalação de um corpo do exército romano no povoado indígena de Cabeça de Vaiamonte, Monforte (FABIÃO, 1996 e 1998) – naturalmente, outros materiais parecem corroborar esta proposta. No entanto, a partir destes destacamentos militares, as peças em si e o seu uso específico foram-se difundindo para âmbitos indígenas, onde surgem, todavia, em quantidades menores, naturalmente, variando em função da localização dos aglomerados e os ritmos de importação de materiais de origem itálica.

Mas, mais do que as importações em si, interessante me parece o fenómeno da reprodução peninsular de protótipos

itálicos ou, simplesmente, o fabrico local/regional de artefactos de iluminação que desafiam ainda a capacidade classificadora dos investigadores. Há fabricos, presumivelmente peninsulares, documentados em diversos locais, com especial relevância para os centros mineiros, locais que deles necessitariam particularmente, por razões óbvias. De facto, Claude Domergue chamou já a atenção para a existência de peças de singular morfologia documentadas em alguns dos centros mineiros que estudou (DOMERGUE, 1971 e 1987). A localização destes sítios, normalmente longe do litoral, e o modelo de exploração centrado em *sociedades*, poderia explicar esta “inovação”, ou, pelo menos, justificará a sua capacidade de realização, como em outro lugar já sugeri (FABIÃO, 1998). Não se circunscreveu, porém, às áreas mineiras esta actividade. Há também outros locais que terão fabricado lucernas, na Península Ibérica, provavelmente recorrendo a técnicas de sobremoldagem (BERNAL CASASOLA, 1990-1991 e 1995), mas não só, o que justifica a singularidade de alguns materiais, documentados inclusivamente nas distantes regiões do noroeste, infelizmente sem contextos cronológicos definidos (SILVA, 1986).

Parece aceitável supor que os acampamentos militares podem ter desempenhado uma função importante em todo este processo, a par com os centros de mais precoce assimilação dos valores romanos. De facto, algumas lucernas do estabelecimento militar de Cáceres el Viejo poderão ter sido fabricadas localmente (ULBERT, 1984), tal como, mais tarde, também se produziram lucernas no acampamento de Herrera de Pisuerga, em plena época augústea (MORILLO CERDÁN, 1992), quando supostamente a produção peninsular já poderia dispensar esta actividade legionária. Algumas das peças da Lomba do Canho, Arganil, serão também produções peninsulares,

inclusivamente com um caso de sobremoldagem seguramente identificado. No futuro, será importante desenvolver programas de investigação arqueométrica que permitam caracterizar, não somente os distintos fabricos, como também a sua área de difusão, uma vez que estamos muito mal informados sobre possíveis centros de fabrico.

Interessante me parece ser o facto de se registar uma descontínua penetração destes novos hábitos de iluminação no mundo indígena. Em Mesas do Castelhinho, Almodôvar, foi possível verificar que a lucerna não conheceu uma particular difusão, apesar de se tratar de um aglomerado com precoces contactos com o mundo romano e que regista um apreciável acervo de importações itálicas (FABIÃO; GUERRA, 1994 e FABIÃO, 1998). De facto, em extensas áreas escavadas, com níveis datáveis dos sécs. II-I a.C., onde abundam materiais importados, as lucernas estão praticamente ausentes, não havendo a registar mais do que dois fragmentos, em alto contraste com o abundante registo de exemplares de cerâmica de tipo campaniense, “paredes finas” e ânforas. Assinale-se que um desequilíbrio análogo terá sido registado em Castro Marim, em fase já bastante avançada do séc. I a.C. (ARRUDA, 1988), ou seja, num local que, pelas suas características, mais permeável seria à adopção destes novos hábitos, até por se tratar de um dos poucos locais do espaço hoje português onde se recolheu uma lucerna helenística (ARRUDA, 1997: 136).

Naturalmente, no estado actual dos conhecimentos, afigura-se escassamente proveitoso pretender extrair conclusões gerais desta distribuição de materiais. Parece, todavia, aceitável supor que se verificou uma mais precoce transformação nos hábitos alimentares das populações indígenas, do que nos modos como iluminavam os espaços que habitavam, o que justificaria o enorme

desequilíbrio verificado na difusão das cerâmicas finas (campaniense e “paredes finas”), ou mesmo da baixela metálica, e as lucernas. Voltarei a este tema.

No que diz respeito à moeda, a situação apresenta também as suas dificuldades e peculiaridades, embora pareça evidente que, ao longo do séc. I a.C., a economia das áreas do Sudoeste assume um carácter inequivocamente monetário, compreensivelmente o fenómeno é mais tardio no Noroeste (CENTENO, 1987 e 1999). O principal problema, no que concerne aos estudos numismáticos, prende-se com o efectivo valor venal destes artefactos arqueológicos, habitualmente agravado pelo facto de ser absolutamente evidente o seu valor (mesmo para o mais iletrado dos camponeses), e também por ser passível de recolher com recurso a detectores de metais. A

PARECE ACEITÁVEL SUPOR QUE OS ACAMPAMENTOS MILITARES PODEM TER DESEMPENHADO UMA FUNÇÃO IMPORTANTE EM TODO ESTE PROCESSO, A PAR COM OS CENTROS DE MAIS PRECOCE ASSIMILAÇÃO DOS VALORES ROMANOS.

funesta conjugação destes factores tem como principais consequências: o desaparecimento do registo arqueológico de uma parte considerável de exemplares, encaminhados para os circuitos comerciais; a existência de um apreciável acervo de materiais recolhido em circunstâncias totalmente desconhecidas. Agravando esta situação, a ausência de bons contextos arqueológicos que tenham fornecido abundantes acervos de numismas dificulta sobremaneira uma correcta avaliação e datação dos processos de difusão e circulação monetária. Por tudo isto, os estudos numismáticos debatem-se com insuperáveis dificuldades. Assume, pois, um carácter meramente indicativo aquilo que seguidamente se apresenta.

A construção de uma economia de matriz monetária no ocidente peninsular resulta do processo da conquista romana e manifesta-se de diferentes modos: pelo abastecimento de moeda vinda de Roma, pela criação de várias cecas peninsulares e, naturalmente, pela generalização da moeda como elemento de troca, em territórios onde tal sistema era de todo desconhecido. Assim, não deveremos perder de vista que todo este processo decorre, antes do mais, das necessidades financeiras do longo e complexo processo de conquista. Contudo, resulta interessante verificar algumas discrepâncias nos registos numismáticos de sítios arqueológicos do ocidente peninsular e deixo deliberadamente de lado o tema dos tesouros monetários por me parecer um tema demasiado complexo para uma boa discussão dos fenómenos de circulação monetária.

Por um lado, parece evidente que o uso do denário de prata constituiu uma realidade marcante nos primeiros tempos do processo de conquista, sobretudo, no séc. II a.C. A este respeito, são particularmente significativas as concentrações de achados num sítio arqueológico como Chões de Alpompe, Santarém (RUIVO, 1999), tradicionalmente associado às campanhas de Décio Júnio Bruto. No entanto, a grande quantidade de material em circulação nesta época, destinado a custear o esforço de guerra romano, justificará a sua longevidade. Em Mesas do Castelhinho, Almodôvar, todos os denários encontrados datam do séc. II a.C., embora tenham sido recolhidos, sem excepções, em contextos arqueológicos seguramente datáveis da centúria seguinte (FABIÃO, 1998) – infelizmente, nem o critério da

conservação se poderá invocar para distinguir o material circulante, uma vez que temos exemplares muito desgastados e outros que se apresentam praticamente novos. A mesma observação se pode fazer para os denários do Cerro da Rocha Branca, Silves, expostos no Museu de Silves, também eles aparentemente recolhidos em contextos arqueológicos mais recentes (GOMES; GOMES; BEIRÃO, 1986). Este facto assume particular relevância, basicamente por duas razões: por um lado, porque retira potencial datante a estas peças, criando uma situação em que será mais relevante datar as moedas pelo contexto em que foram recolhidas, do que o contexto arqueológico pelas moedas que continha; por outro lado, porque nos obriga a matizar bastante qualquer conclusão sobre circulação monetária baseada no estudo de conjuntos recolhidos sem o devido enquadramento arqueológico (infelizmente, o grosso dos materiais publicados). Verifica-se, também, que nestas regiões meridionais são frequentes os denários forrados, tradicionalmente considerados como contrafactos, uma vez que seria contrário aos interesses da entidade emissora a sua existência e circulação. No entanto, pela sua abundância, pela situação de guerra que então se vivia, pela distância relativamente a Roma e pela aparente inexistência de entidades locais a quem pudesse interessar um tal volume de falsificações, creio que é legítimo supor que haverá interesses directos do poder romano na produção destas moedas. O tema é tão aliciante quanto difícil, pelo que não me parece possível ir além deste enunciado. Será, todavia, um assunto relevante para a futura investigação sobre os processos de monetarização das economias locais hispânicas.

Muito mais interessante para o estudo do nascimento de uma economia de matriz monetária no extremo ocidente peninsular é o registo da numária em ligas de cobre, já que, essa sim,

documenta material circulante de uso corrente. Como já houve a oportunidade de comentar, o conjunto de numismas de Mesas do Castelhinho, Almodôvar, indica claramente que, no século I a.C., a moeda circulava ali em relativa abundância, num contexto claramente indígena – foram recolhidas, em condições estratigráficas controladas, 34 moedas, das quais 4 são denários, 2 são tésseras de chumbo e as restantes 28 são emissões de ligas de cobre, se acrescentássemos os exemplares recolhidos sem controle estratigráfico, o panorama não se alteraria substancialmente (FABIÃO, 1998). Temos, portanto, um registo onde as emissões de prata e chumbo são francamente minoritárias relativamente às restantes, facto que não difere muito do observado em outros sítios arqueológicos onde se documenta uma efectiva circulação monetária. Tratando-se de contextos arqueológicos contemporâneos do processo de conquista, ainda para mais num povoado com tão significativo registo de importações itálicas (FABIÃO; GUERRA, 1994), que motivos haverá para associar ao mundo local, indígena, em processo de assimilação cultural este fenómeno e não a romanos ali instalados?

A resposta encontra-se, entre outros factores, na comparação entre o conjunto monetário recolhido e, por exemplo, o documentado e sítios de inequívoco uso militar, como o estabelecimento de Cáceres el Viejo (HILDEBRANDT, 1984) ou a Lomba do Canho, Arganil (FARIA, 1984-1985). Nestes dois locais, e esquecendo a numária de prata, verifica-se que entre as emissões de ligas de cobre existe uma elevada presença de moeda itálica (*asses*), com percentagens superiores aos 30% do total dos exemplares de AE recolhidos. Justamente essa observação, associada a outras, que valorizam artefactos de diferente índole, entre os quais, equipamentos militares, conduziu-me à proposta de localizar no

povoado indígena da Cabeça de Vaiamonte, Monforte, uma instalação militar romana (FABIÃO, 1996 e 1998). De facto, as moedas trazidas para o Museu Nacional de Arqueologia Leite de Vasconcelos, na sequência das escavações que Manuel Heleno promoveu no local, encontramos um significativo número de 23 *asses* de Roma, cerca de 31,5% do total de numismas em ligas de cobre ali encontrados (FABIÃO, 1998). Embora seja problemático estabelecer comparações com conjuntos que não resultaram de escavações arqueológicas, não deixa de ser elucidativo o facto de se encontrarem somente dois *asses* de Roma entre as mais de três centenas de moedas publicadas provenientes do povoado de Villasviejas del Tamuja, Cáceres (BLAZQUEZ CERRATO, 1995), um aglomerado não muito distante do estabelecimento militar de Cáceres el Viejo e onde se regista também um significativo acervo de importações itálicas (HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ; RODRÍGUEZ LÓPEZ; SÁNCHEZ SÁNCHEZ, 1989; HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, 1993). Se a este dado acrescentarmos que, de entre as ditas importações, se encontram escassamente documentadas as lucernas, compreender-se-á a razão porque creio poderem as lucernas e as moedas constituir um interessante indicador dos processos de assimilação cultural, mas também de distinção entre locais onde se instalaram romanos em número significativo e com carácter mais ou menos permanente (entenda-se, atendendo à época, sítios onde estiveram contingentes militares romanos) e outros, que receberam somente artigos de origem itálica.

Naturalmente, não pretendo com estes exemplos defender que é condição essencial para diferenciar uma qualquer ocupação militar romana de uma outra, coeva, plenamente (ou simplesmente) indígena, a ocorrência de um número significativo de emissões de AE de Roma, até porque se considerasse tal,

teria de excluir a possibilidade de ser uma instalação militar o pequeno núcleo do Pedrão, onde somente as emissões hispânicas estão representadas. Mas, estas diferenças nos registos numismáticos, não deixam de constituir interessantes indicadores de estudo, cujo real significado só futuramente, com novos conjuntos bem datados e devidamente contextualizados, poderemos talvez determinar.

Mais complexo se afigura lidar com outro tipo de informação que apenas começa a ser conhecida, mas que assumirá, por certo, um particular interesse para o estudo dos fenómenos de assimilação cultural. Refiro-me aos artefactos de artesanía indígena que registam influência itálica, por se tratar de claras imitações de protótipos forâneos ou (o que é sempre mais difícil de avaliar) por revelarem inspiração em formas ou particularidades de fabrico e decoração dos mesmos. Uma vez mais, Luís Berrocal-Rangel teceu já interessantes e pertinentes comentários a propósito do espólio cerâmico documentado no povoado de Castrejón de Capote, Higuera la Real, e outros locais da Extremadura espanhola (BERROCAL-RANGEL, 1989; 1991; 1992 e 1996).

Já falei brevemente das lucernas, interessa agora mencionar, apenas a título de exemplo, o conjunto de pratos de imitação de formas de cerâmica campaniense e as imitações de recipientes de “paredes finas” documentados em diferentes locais do ocidente peninsular, mas com um significativo conjunto recolhido na Cabeça de Vaiamonte, Monforte (FABIÃO, 1996 e 1998). Qualquer destas produções me parece interessante para o tema da assimilação cultural, uma vez que não existe no repertório das formas de cerâmica indígena nada que se possa considerar eventuais protótipos locais destas produções. O interesse destas formas em concreto

parece-me evidente, já que os pratos documentam um consumo de alimentos sólidos e os recipientes fechados com afinidades com os “copos” de “paredes finas” se destinam claramente a líquidos. Se pensarmos que este mundo meridional interior apresentava, nas vésperas da conquista romana, um panorama cerâmico onde a forma “copo” se encontrava ausente e onde a forma preferencialmente destinada ao consumo de alimentos mais substanciais era a “tigela”, podemos imaginar todo o vasto leque de temas e questões que a adopção destas novas formas implica, tanto no acto de consumo, em si, como na própria natureza dos alimentos consumidos.

Uma vez mais, com os dados disponíveis, parece-me demasiado cedo para avançar com grandes considerações. Limite-me, pois, a expor a informação. Os pratos que imitam as cerâmicas campanienses foram fabricados com argilas locais, um número significativo apresenta pastas de matriz granítica, montados ao torno, e apresenta acabamentos de superfície por polimento, sendo as colorações cinzentas ou mesmo negras obtidas por cozeduras redutoras, sem recurso a qualquer verniz. Em suma, nada na tecnologia dos seus fabricos aponta para a incorporação de um “saber fazer” estranho ao mundo oleiro local. Em muitos dos recipientes de Vaiamonte é possível, inclusivamente, observar a existência de uma dupla perfuração (normalmente no pé), análoga à verificada na parte superior das tigelas, tão características do mundo pré-romano do Sudoeste. Tentador seria supor que estes artigos constituem como que um símbolo de um processo de assimilação cultural, em que as competências indígenas seriam mobilizadas para o fabrico de formas cerâmicas de morfologia itálica, mais adaptadas a novos hábitos alimentares. No entanto, estes fabricos estão documentados em contextos claramente romanos, como no estabelecimento

militar de Cáceres el Viejo (ULBERT, 1984) e, presumivelmente, na própria Cabeça de Vaiamonte, pelas razões já expostas, tornando difícil apurar o que haverá de genuinamente autóctone nestas produções. O mesmo se pode dizer para as imitações de “paredes finas”.

O facto de encontrarmos nos mesmos sítios arqueológicos os materiais de origem itálica e as suas “réplicas” – e, a este respeito, uma vez mais, a Cabeça de Vaiamonte constitui um exemplo expressivo (FABIÃO, 1996 e 1998) –, faz crer que não corresponderiam a fabricos alternativos, a que se recorreria na falta dos “originais”. Isto é, o fabrico local de peças análogas às importadas da Península Itálica documentará mais um incremento da procura destas formas concretas, do que propriamente a produção de um elemento de substituição. As características técnicas atrás enunciadas fariam supor estarmos perante fabricos locais com um escasso âmbito de difusão, embora se verifiquem situações de reparação com recurso a gatos de chumbo que, no mínimo, sugerem uma valorização do produto em si, pouco consentânea com a desconsideração que habitualmente atribuímos às “imitações locais”. Acrescente-se que, por gentileza de Miguel Rego, tive a oportunidade de observar um prato encontrado em Noudar, Barrancos, com características de forma e fabrico análogas aos exemplares de Vaiamonte, o que confere uma perspectiva bem mais alargada ao âmbito de circulação destes fabricos – também aqui, creio que a arqueometria poderá no futuro ter algo a dizer.

O fabrico local/regional de peças cuja morfologia reproduz modelos forâneos constitui um território de estudo fascinante. Pode considerar-se, sem dúvida, um dos mais claros indícios de um processo de assimilação cultural com incidência directa nos quotidianos das populações locais. Se a peça apresenta analogias com um protótipo

itálico, mas tecnicamente patenteia uma diferente técnica de fabrico, tendemos a considerá-la como uma réplica indígena, destinada a consumidores locais, sem frequentemente formularmos sequer uma hipótese alternativa. Por outro lado, remetemo-la para o âmbito das produções de circulação local e regional, sem considerarmos que o seu fabrico se possa destinar a mercados bem mais vastos, participando na complexa teia de relações intercomunitárias onde se inserem as restantes importações, vindas de mais longínquas paragens. Assim se vê como os preconceitos com que a investigação lida com os seus materiais se não circunscrevem somente ao domínio dos grandes modelos formulados para explicar as transformações políticas e

nos estratos do séc. I a.C. de Mesas do Castelinho, Almodôvar, particularmente por corresponderem a formas bem características (pequenas tijelas, jarros e almofarizes). Este conjunto de formas, também presentes em outros sítios arqueológicos do Sudoeste, parece difundir-se também ao serviço de novos hábitos de consumo, associáveis ao processo de Romanização. O facto de serem provenientes não já da longínqua Península Itálica, mas de regiões mais próximas, sublinha bem toda a complexidade destes fenómenos de assimilação cultural, de transformação e mudança.

Outros temas e questões haveria a abordar no âmbito da complexa problemática da transformação das comunidades indígenas peninsulares

O FABRICO LOCAL/REGIONAL DE PEÇAS CUJA MORFOLOGIA REPRODUZ MODELOS FORÂNEOS PODE CONSIDERAR-SE UM DOS MAIS CLAROS INDÍCIOS DE UM PROCESSO DE ASSIMILAÇÃO CULTURAL COM INCIDÊNCIA DIRECTA NOS QUOTIDIANOS DAS POPULAÇÕES LOCAIS.

administrativas, penetrando também os (supostamente mais neutros) territórios dos estudos de artefactos.

Finalmente, e nunca é demais dizê-lo, não devemos perder de vista a função a que se destinavam estas cerâmicas. É importante identificá-las como possíveis réplicas de protótipos itálicos, particularmente quando tal interpretação se afigura incontroversa – deve evitar-se o escorregadio campo da “analogia” formal, tantas vezes fonte de equívocos –, mas não menos importante será conhecer o impacte das transformações ao nível dos consumos que o seu uso e generalização comporta. Isto é, não devemos esquecer os homens que fabricam e usam estes objectos e a correcta adequação dos mesmos a novas práticas sociais e a novos hábitos de consumo. A este respeito, é muito interessante a abundante presença de cerâmicas presumivelmente originárias da actual Andaluzia que documentámos

em sociedades provinciais romanas designadamente outras transformações que se observam na cultura material ou, ainda, a crescente presença de indicadores de “literacia” onde o latim e os caracteres itálicos se vão tornando presença dominante nas diferentes inscrições epigráficas, desde os grafitos aos epitáfios fúnebres, substituindo os antigos signários hispânicos – “(...) *e nem sequer recordam já a sua própria língua*”, como escreveu Estrabão (III.2.15). A descontinuidade verificada na distribuição destes distintos indicadores diz-nos muito sobre a riqueza e complexidade dos processos e mostra o quanto é importante construir as ferramentas mais adequadas ao estudo dos mesmos; e, como nunca será demasiado sublinhar, pela estreita faixa temporal com que lidamos, a correcta aferição estratigráfica e contextual das distintas realidades é condição essencial para que possamos compreender este processo.

Referências:

- ABASCAL, J. M.; ESPINOSA, U. (1989) – *La ciudad hispano-romana. Privilegio y Poder*. Logroño: Colegio Oficial de Aparejadores y Arquitectos Técnicos de La Rioja.
- ALARCÃO, A. M. (1976) – *Céramiques préromaines*. In: ALARCÃO, J.; ÉTIENNE, R. (dir.) *Fouilles de Conimbriga VI. Céramiques diverses et verres*. Paris: Diffusion E. De Boccard, p. 3-17.
- ALARCÃO, A.; PONTE, 1976 – *Les lampes*. In: ALARCÃO, J.; ÉTIENNE, R. (dir.) *Fouilles de Conimbriga VI. Céramiques diverses et verres*. Paris: Diffusion E. De Boccard, p. 93-114.
- ALARCÃO, J.; ÉTIENNE, R. (1979) – *Fouilles de Conimbriga VII. Trouvailles diverses – conclusions générales*. Paris: Diff. E. De Boccard.
- ALMEIDA, C. A. B. (1990) – *Proto-História e Romanização da bacia inferior do Lima*. Viana do Castelo: Centro de Estudos Regionais.
- ALMEIDA, F. (1964) – *Ruínas da Miróbriga dos Célticos (Santiago do Cacém)*. Setúbal: Junta Distrital de Setúbal.
- ARRUDA, A. M. (1988) – *Nota acerca da ocupação romana-republicana do Castelo de Castro Marim*. In: 5.º Congresso do Algarve (Jan. 1988). Vol. 1. Silves: Racal Club, p. 13-17.
- ARRUDA, A. M. (1988-1989) – *Conimbriga: escavações de 1988-1989. 1. Algumas precisões sobre a cronologia do "bairro indígena"*. Portvgalia. Nova série. 9-10, p. 93-100.
- ARRUDA, A. M. (1997a) – *As cerâmicas áticas do Castelo de Castro Marim no quadro das exportações gregas para a Península Ibérica*. Lisboa: Colibri.
- ARRUDA, A. M. (1997b) – *Conimbriga: fouilles de 1988-89. 2. Les travaux sur le forum*. In: ÉTIENNE, R.; MAYET, F. (eds.) *Itinéraires lusitaniennes. Tente anées de collaboration archéologique luso-française*. p. 13-33.
- BARATA, M. F. (1999) – “As habitações de Miróbriga e os ritos domésticos romanos”. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 2, nº 2, p. 51-67.
- BERNAL CASASOLA, D. (1990-1991) – *Figuli Hispani*: testimonios materiales de manufactura peninsular de lucernas en época romana. *Opvs*. 9-10: p. 147-159.
- BERNAL CASASOLA, D. (1995) – *Economía lychnológica hispana: valoración actual del processo de manufactura de lucernas en época romana y su inserción en el contexto mediterráneo*. In: 1.º Congresso de Arqueologia Peninsular (Porto, 1993). *Actas V. Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. 35 (1), p. 369-392.
- BERROCAL-RANGEL, L. (1989) – “El asentamiento “celtico” de Castrejón de Capote (Higuera la Real, Badajoz)”. *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de la Universidad Autónoma de Madrid*. 16: p. 245-295.
- BERROCAL-RANGEL, L. (1989-1990) – “Cambio cultural y Romanización en el suroeste peninsular”. *Anas*, 2-3: p. 103-122.
- BERROCAL-RANGEL, L. (1991) – *Avance al estudio del depósito votivo Alto-Imperial de Castrejón de Capote (Higuera la Real, Badajoz)*. In: *I Jornadas de Prehistoria y Arqueología en Extremadura (1986-1990)*. *Extremadura Arqueológica*. 2: p. 331-344.
- BERROCAL-RANGEL, L. (1992) – *Los pueblos célticos del suroeste de la península Ibérica*. Madrid: Complutum Extra, 2.
- BERROCAL-RANGEL, L. (1996) – *La formación de la identidad céltica en el suroeste peninsular*. In: *Celtas y celtiberos. Realidad o leyenda (Actas de las Jornadas celebradas en la Universidad Complutense de Madrid, 1996)*. Madrid: UCA, p. 64-85.
- BLÁZQUEZ CERRATO, C. (1995) – “Sobre las cecas celtibéricas de Ta’mu’sia y ‘Sekaisa y su relación con Extremadura”. *Archivo Español de Arqueología*. 68, p. 243-258.
- CARDOSO, J. L. (1995) – “O Bronze Final e a Idade do Ferro na região de Lisboa: um ensaio”. *Conimbriga*. 34: p. 33-74.
- CARVALHO, P. (1998) – *O Forum de Aeminium*. Lisboa: Instituto Português de Museus.
- CENTENO, R. M. S. (1987) – “Circulação monetária no noroeste de Hispânia até 192”. Porto: *Anexos Nvmmvs*, 1.
- CENTENO, R. M. S. (1999) – *Notas sobre a circulação da moeda no noroeste peninsular: os denários do tesouro de Montedor (Portugal)*. In: CENTENO, R.; GARCÍA-BELLIDO, M. P.; MORA, G. (eds.) *Rutas, ciudades y moneda en Hispania (Actas del II Encuentro Peninsular de Numismática Antigua, Porto, 1997)*. Madrid: *Anejos de Archivo Español de Arqueología*. XX, p. 135-138.
- CREIGHTON, J. D.; WILSON, R. J. A. (eds.) (1999) – *Roman Germany. Studies in cultural interaction. Journal of Roman Archaeology, supplementary series n.º 32*. Porthmouth, Rhode Island.
- DOMERGUE, C. (1971) – “El Cerro del Plomo. Mina “El Centenillo” (Jaén)”. *Noticiário Arqueológico Hispanico*. 16, p. 267-380.
- DOMERGUE, C. (1987) – *Catalogue des mines et fonderies antiques de la Péninsule Ibérique*. 3 vols. Madrid: Publications de la Casa de Velázquez – série Archéologie, VIII).
- FABIÃO, C. (1996) – “O povoado fortificado da Cabeça de Vaíamonte (Monforte)”. *A Cidade*. Nova Série. 11: p. 31-80.
- FABIÃO, C. (1998) – *O Mundo Indígena e a sua Romanização na área céltica do território hoje portugueses*. 3 vols. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (dissertação de Doutoramento, policopiada).
- FABIÃO, C. (1999) – “A propósito do depósito de Moldes, Castelo de Neiva, Viana do Castelo: a baixela romana tardo-republicana em bronze no extremo ocidente peninsular”. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 2, n.º 1: p. 163-198.
- FABIÃO, C.; GUERRA, A. (1994) – “As ocupações antigas de Mesas do Castelinho (Almodôvar). Resultados preliminares das campanhas de 1990-92”. *Actas das V Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses (Lisboa, 1993)*. Vol. II. Lisboa: A.A.P.: p. 275-289.
- FARIA, A. M. (1984-1985) – “As moedas do acampamento romano da Lomba do Canho (Arganil)”. *Nvmmvs*. 2.ª série. 7-8, p. 37-42.
- FARIA, A. M. (1989) – “A numária de “Cantnipo”. *Conimbriga*. 28: p. 71-99.
- FERNÁNDEZ GÓMEZ, F. (1986) – *Excavaciones arqueológicas en El Raso de Candeleda*. 2 vols. Ávila: Intitución “Gran Duque de Alba” / Diputación Provincial de Ávila.
- FERNÁNDEZ GÓMEZ, F. (1993) – *El Raso de Candeleda (Ávila). De la prehistoria a la Romanización*. In: *El processo histórico de la Lusitania oriental en época prerromana y romana (Cuadernos Emeritenses, 7)*: p. 145-188.
- GARCÍA MORENO, L. A. (1987) – *Reflexiones de un historiador sobre el bronce de Alcántara*. In: Hispani Tumultuantes de Numancia a Sertorio. Alcalá de Henares: *Servicio de Publicaciones de la Univ. De Alcalá de Henares*, p. 67-79.
- GOMES, M. V.; GOMES, R. V.; BEIRÃO, C. M. (1986) – *O Cerro da Rocha Branca (Silves) – resultados preliminares de três campanhas de escavações*. In: 4.º Congresso do Algarve – *textos e comunicações* (1986). Vol. 1. Silves: Racal Club, p. 77-83.
- HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, F.; RODRÍGUEZ LÓPEZ, M. D.; SÁNCHEZ SÁNCHEZ, M. A. (1989) – *Excavaciones en el Castro de Villasviejas del Tamuja (Botija, Cáceres)*. Mérida: Editora Regional de Extremadura.
- HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, F. (1993) – *El yacimiento de Villasviejas y el proceso de romanización*. In: *El processo histórico de la Lusitania oriental en época prerromana y romana (Cuadernos Emeritenses, 7)*: p. 115-143.
- HILDEBRANDT, H. J. (1984) – *Die münzen aus Cáceres el Viejo*. In: ULBERT, G. *Cáceres el Viejo. Ein Spätrepublikanisches legionslager in Spanisch-Extremadura*. Berlin: *Madrider Beiträgue*, 11, p. 257-297.
- LÓPEZ MELERO, R.; SALAS MARTÍN, J.; SÁNCHEZ ABAL, J. L.; GARCÍA JIMÉNEZ, S. (1984) – *El Bronce de Alcántara*. Géron. 2, p. 265-323.
- MARTINS, M. M.; DELGADO, M. (1989-1990) – “História e Arqueologia de uma cidade em devir: Bracara Augusta”. *Cadernos de Arqueologia*. Série II. 6-7, p. 11-38.
- MARTINS, M. M. (1989) – “O povoado fortificado do Lago, Amares”. Braga: *Cadernos de Arqueologia – Monografias*, 1.
- MARTINS, M. M. (2000) – *Bracara Augusta cidade romana*. Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.
- MATTINGLY, D. J. (ed.) (1997) – “Dialogues in Roman Imperialism. Power, discourse, and discrepant experience in the Roman Empire”. *Journal of Roman Archaeology, supplementary series n.º 23*. Porthmouth, Rhode Island.
- MORILLO CERDÁN, A. (1992) – *Cerámica romana de Herrera de Pisuerga (Palencia- España): las lucernas*. *Santiago do Chile*. Ed. De la Universidad Internacional SEK.
- NUNES, J. C.; FABIÃO, C.; GUERRA, A. (1988) – *O acampamento militar romano da Lomba do Canho (Arganil)*. Arganil: Museu Regional de Arqueologia.
- NUNES, J. C.; GUERRA, A.; FABIÃO, C. (1990) – “As lucernas do acampamento militar romano da Lomba do Canho (Arganil)”. *Conimbriga*. 29, p. 69-90.
- RIBERA I LACOMBA, A.; CALVO GÁLVEZ, M. (1995) – “La primera evidencia arqueológica de la destrucción de Valentia por Pompeyo”. *Journal of Roman Archaeology*, 8, p. 19-40.
- Le ROUX, P. (1995) – *Romains d'Espagne*, Paris, A. Colin.
- RUIVO, J. (1999) – *Moedas do acampamento romano-republicano de Chões de Alpompe (Santarém)*. In: CENTENO, R.; GARCÍA-BELLIDO, M. P.; MORA, G. (eds.) *Rutas, ciudades y moneda en Hispania (Actas del II Encuentro Peninsular de Numismática Antigua, Porto, 1997)*. Madrid: *Anejos de Archivo Español de Arqueología*. XX, p. 101-110.
- SARMENTO, F. M. (1933) – *Dispersos. Colectânea de artigos publicados desde 1876 a 1899, sôbre arqueologia, etnologia, mitologia, epigrafia e arte pre-histórica*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- SARMENTO, F. M. [1879a] – *Sôbre as antigas cidades da Ibéria (estudo)*. In: SARMENTO, F. M. (1933), p. 12-18.
- SARMENTO, F. M. [1879b] – *Acêrca das escavações de Sabroso (estudo)*. In: SARMENTO, F. M. (1933), p. 22-35.
- SILVA, A. C. F. (1983) – *As tesserae hospitales do Castro da Senhora da Saúde ou Monte Murado (Pedroso, Vila Nova de Gaia). Contributo para o estudo das instituições e povoamento da Hispania antiga*. Gaya. 1: p. 9-26.
- SILVA, A. C. F. (1986) – *A Cultura Castreja no noroeste de Portugal*. Paços de Ferreira: Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins.
- SILVA, C. T.; SOARES, J.; BEIRÃO, C. M.; DIAS, L. F.; COELHO-SOARES, A. (1980-1981) – “Escavações arqueológicas no Castelo de Alcácer do Sal (campanha de 1979)”. *Setúbal Arqueológica*. 6-7: p. 149-218.
- SOARES, J. (1978) – “Nótula sobre cerâmica campaniense do Castelo de Alcácer do Sal”. *Setúbal Arqueológica*. 4: p. 133-143.
- SOARES, J.; SILVA, C. T. (1973) – *Ocupação do período proto-romano do povoado do Pedrão (Setúbal)*. In: *Actas das II Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses* (Lisboa, 1972). Vol. 1. Lisboa: A.A.P., p. 245-305.
- SOEIRO, T. (1984) – “Monte Mòzinho. Apontamentos sobre a ocupação entre Sousa e Tâmega em época romana”. Penafiel – *Boletim Municipal de Cultura*. 3.ª série. 1.
- SOEIRO, T. (1998) – “Monte Mozinho: a escavação do sector D”. *Cadernos do Museu de Penafiel*. 2: p. 79-114.
- SOREN, D. (1982) – *The Forum Area*. In: BIERS, W. R.; BIERS, J. C.; SOREN, D. “Excavations at Mirobriga, the 1982 season”. *Muse*. 16: p. 29-43.
- SOREN, D. (1983) – “The Castelo Velho”. In: BIERS, W. R.; BIERS, J. C.; SOREN, D. *Mirobriga*, the 1983 season. *Muse*. 17: p. 38-63.
- ULBERT, G. (1984) – “Cáceres el Viejo. Ein Spätrepublikanisches legionslager in Spanisch-Extremadura”. Berlin: *Madrider Beiträgue*, 11.
- VEYNE, P. (1975) – *Y a-t-il eu un impérialisme romain? Mélanges de l'École française de Rome et Athènes (Antiquité)*. 87 (2), p. 793-855.